

# SUMÁRIO

## Capítulo 1

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
-------------------------	----

## Capítulo 2

<b>VISÃO GERAL SOBRE O INVENTÁRIO E A PARTILHA DE BENS</b> .....	19
--	----

- |   |    |
|---|----|
| 2.1. Indispensabilidade de inventário e de partilha dos bens. Judicial ou Extrajudicial. Adjudicação. Inventário negativo ..... | 19 |
| 2.2. Inventário judicial. Etapas. Procedimentos. Espécies: ordinário e especiais (arrolamento sumário e arrolamento comum)..... | 20 |
| 2.3. Disposições sobre o procedimento do inventário e da partilha de bens no Código de Processo Civil .....                     | 22 |

## Capítulo 3

<b>INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL</b> .....	27
---------------------------------------	----

- |   |    |
|---|----|
| 3.1. Generalidades .....  | 27 |
| 3.2. Inventário extrajudicial mesmo com a existência de testamento .....  | 29 |
| 3.3. Competência para lavrar o inventário extrajudicial .....   | 30 |
| 3.4. Cumprimento do inventário extrajudicial .....  | 32 |
| 3.5. Assistência por advogado ou por defensor público e gratuidade de justiça no inventário extrajudicial ..... | 32 |

## Capítulo 4

<b>INVENTÁRIO NEGATIVO</b> .....	35
----------------------------------	----

**Capítulo 5**

**ALVARÁ JUDICIAL** ..... 37

**Capítulo 6**

**LEI SUCESSÓRIA ÚNICA E JURISDIÇÃO BRASILEIRA EXCLUSIVA PARA PROCESSAR E JULGAR O PROCESSO DE INVENTÁRIO E PARTILHA DE BENS SITUADOS NO PAÍS. QUESTÕES DISTINTAS E QUE NÃO SE CONFUNDEM** ..... 39

**Capítulo 7**

**COMPETÊNCIA** ..... 41

7.1. Remessa às vias ordinárias..... 42

**Capítulo 8**

**REPRESENTAÇÃO DO ESPÓLIO** ..... 45

8.1. Administrador provisório ..... 46

8.1.1. A condição de administrador provisório. Nomeação judicial?..... 47

8.1.2. Os poderes e os deveres do administrador provisório..... 48

8.2. Inventariante ..... 50

8.2.1. Ordem (obrigatória?) de nomeação do inventariante..... 51

8.2.2. Ordem sequencial de nomeação do inventariante ..... 52

8.2.3. O dissenso entre os herdeiros e a nomeação de terceiro para exercer a inventariança..... 55

8.2.4. Inventariança plúrima. Conjunta ou demarcada..... 56

8.2.5. A nomeação de inventariante ou coinventariantes por meio de negócio processual..... 59

8.2.6. Os poderes e os deveres do inventariante..... 60

8.2.7. Necessidade de prévia autorização judicial para a prática de atos pelo inventariante ..... 63

8.2.8. Remoção do inventariante ..... 66

8.2.9. Procedimento do incidente de remoção de inventariante..... 69

**Capítulo 9**

<b>ABERTURA DO PROCESSO JUDICIAL DE INVENTÁRIO E DE PARTILHA DE BENS</b> .....	73
9.1. Prazos .....	73
9.2. Legitimidade para requerer o inventário judicial.....	75
9.3. Supressão da legitimidade do juiz.....	79

**Capítulo 10**

<b>PRIMEIRAS DECLARAÇÕES</b> .....	81
10.1. As primeiras declarações propriamente ditas.....	81
10.2. Sonegação.....	84

**Capítulo 11**

<b>CITAÇÕES E IMPUGNAÇÕES ÀS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES</b> .....	87
11.1. Manifestação dos sucessores sobre as primeiras declarações.....	89
11.2. A reclamação contra a nomeação deinventariante (art. 627, II, do CPC) e o cabimento de agravo de instrumento contra a nomeação de inventariante (art. 617 c/c o art. 1.015, parágrafo único, ambos do CPC).....	91
11.3. Admissão de herdeiro preterido.....	92

**Capítulo 12**

<b>A FAZENDA PÚBLICA (E A DISPENSA DE AVALIAÇÃO JUDICIAL)</b> .....	95
---	----

**Capítulo 13**

<b>AVALIAÇÃO DOS BENS INVENTARIADOS</b> .....	97
13.1. Modo de se fazer a avaliação.....	99
13.2. Possibilidade de nova avaliação .....	102
13.3. A presença do juiz durante a avaliação.....	104
13.4. Avaliação de bens situados fora da comarca.....	104
13.5. Dispensa da avaliação .....	106
13.6. O laudo de avaliação e as impugnações.....	107

**Capítulo 14**

**AS ÚLTIMAS DECLARAÇÕES** ..... 109

**Capítulo 15**

**O CÁLCULO DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS** ..... 113

15.1. O imposto de transmissão *causa mortis* ..... 114

**Capítulo 16**

**INCIDENTES NA FASE DE INVENTÁRIO** ..... 117

16.1. Colação ..... 117

16.1.1. A herança legítima e a colação ..... 119

16.1.2. A doação inoficiosa e o meio processual para arguí-la (ação de redução ou ação de inventário e de partilha de bens) ..... 121

16.1.3. O valor dos bens colacionados. Código Civil x Código de Processo Civil ..... 125

16.1.4. A renúncia e a exclusão da herança, e o dever de colacionar ..... 128

16.2. Pagamento das dívidas do espólio. Habilitação de crédito. Honorários de sucumbência? ..... 132

16.2.1. Remessa às vias ordinárias e reserva de bens do espólio. Institutos distintos ..... 138

16.2.2. Dívida não vencida. Habilitação de crédito ..... 142

16.2.3. Legitimidade do legatário para se manifestar sobre as dívidas do espólio ..... 143

16.3. Tutela provisória típica do inventário. Art. 647, parágrafo único, do CPC... 145

16.3.1. Tutela provisória no processo de inventário e de partilha judiciais: a proposta e o processo legislativo ..... 145

16.3.2. A tutela provisória no processo de inventário e de partilha de bens: o direito de saisine e a indivisibilidade dos bens até a partilha ..... 147

16.3.3. A tutela provisória no processo de inventário e de partilha de bens: finalidade, requisitos e momento ..... 148

16.3.4. A tutela provisória no processo de inventário e de partilha de bens: tutela da evidência ..... 151

**Capítulo 17**

**A PARTILHA** ..... 153

17.1. As regras da partilha ..... 154

17.2. A decisão de deliberação da partilha ..... 157

17.3. Cabe recurso contra a decisão que delibera sobre a partilha (art. 647 c/c o art. 1.015, parágrafo único, do CPC)?.....	158
17.4. A alienação de bens hereditários ou a licitação entre os herdeiros, como solução para não partilhar bem em condomínio entre os sucessores.....	159
17.5. Reserva do quinhão do nascituro .....	161
17.6. A meação e a partilha dos bens.....	162
17.7. Esboço de partilha.....	163
<b>Capítulo 18</b>	
<b>SENTENÇA</b> .....	169
18.1. A existência de dívidas fiscais e o julgamento, por sentença, da partilha de bens.....	170
18.2. Formal de partilha.....	171
18.3. Emenda da sentença de partilha.....	173
18.4. Anulação da sentença de partilha.....	175
18.5. Fundamentos para a propositura da “ação anulatória”.....	176
18.6. Rescisão da sentença de partilha .....	177
18.7. Fundamentos para a propositura da “ação rescisória”.....	178
18.8. “Ação anulatória” ou “ação rescisória”? Cabimento.....	179
<b>Capítulo 19</b>	
<b>PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO PROCESSO DE INVENTÁRIO E DE PARTILHA DE BENS (ARROLAMENTOS SUMÁRIO E COMUM)</b> .....	183
19.1. O arrolamento sumário.....	184
19.1.1. Arrolamento sumário e interessado incapaz. Possibilidade .....	189
19.1.2. O tema 1.074 do Superior Tribunal de Justiça.....	190
19.1.2.1. A questão jurídica.....	192
19.1.2.2. O Código de Processo Civil de 1973.....	193
19.1.2.3. O Código de Processo Civil de 2015.....	195
19.1.2.4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e as decisões de afetação (Tema 1.074).....	197
19.1.2.5. A solução jurídica .....	200
19.1.2.6. O julgamento do Tema 1.074 pelo Superior Tribunal de Justiça .....	205
19.2. Arrolamento comum.....	206
19.3. Aplicação subsidiária .....	210

## Capítulo 20

### DISPOSIÇÕES COMUNS AOS PROCEDIMENTOS ORDINÁRIO E ESPECIAIS

<b>(ARROLAMENTO SUMÁRIO E ARROLAMENTO COMUM) .....</b>	<b>211</b>
20.1. Tutela provisória. perda da eficácia .....	211
20.2. Sobrepartilha.....	214
20.3. Curador especial .....	217
20.4. Cumulação de inventários .....	218

## Capítulo 21

### O PROCESSO DE REGISTRO, ARQUIVAMENTO E CUMPRIMENTO DE TESTAMENTO E CODICILOS .....

223

## Capítulo 22

<b>EXCERTOS .....</b>	<b>231</b>
22.1. Ação de petição de herança .....	231
22.2. Espólio, herdeiros e sucessores como legitimados passivos na execução .....	238
22.2.1. A obrigação .....	238
22.2.2. A legitimidade passiva na execução .....	239
22.2.3. Morte: fato jurídico .....	240
22.2.4. O procedimento da habilitação .....	241
22.2.5. Legitimidade.....	242
22.2.6. Natureza jurídica .....	243
22.2.7. Habilitação nos próprios autos.....	244
22.2.8. Habilitação em autos apartados .....	245
22.2.9. Habilitação e coisa julgada .....	247
22.2.10. Espólio .....	248
22.2.11. Herdeiros e sucessores .....	248
22.2.12. Limite da responsabilidade do herdeiro .....	249
22.2.13. Ônus da falta de regularização processual do espólio.....	250
22.2.14. Conclusão .....	251